

NEGROS NO BRASIL: PROBLEMATIZANDO DUZENTOS ANOS DE ESTADO

Nilton de Almeida Araújo

nilton.almeida@univasf.edu.br

Prof. Adjunto do Colegiado de Ciências Sociais (Univasf)

Doutor em História Social (Universidade Federal Fluminense)

Resumo

Este ensaio visa fazer um breve balanço sobre o legado da África e seus descendentes no Brasil a partir de um trabalho de seis anos como professor das disciplinas História do Brasil Escravista e História do Brasil Contemporâneo, como professor-pesquisador do Observatório de Estudos em Educação, Trabalho e Cultura (ETC) da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf (em particular na organização e realização do *Mês das Consciências Negras na Univasf*), bem como na livre interpretação – com todos os alcances destas obras, e riscos dos meus limites – de uma série de autoras e autores, com destaque para Kabengele Munanga (2009), Petronio Domingues (2007, 2006), Abdias Nascimento (2006), Alberto Costa e Silva (2008, 2006), Luiz Felipe de Alencastro (2000), Sidney Chalhoub (1990), Lilia Schwarcz (1996, 1993), Marina de Mello e Souza (2007), João José Reis (2003) e Marcelo Paixão (2006).

Palavras-chave: África. História do Brasil. Escravismo.

BLACKS IN BRAZIL: QUESTIONING TWO HUNDRED YEARS OF STATE

Abstract

This essay is to make a brief assessment of the legacy of Africa and their descendants in Brazil from a working six years as teacher of the disciplines History of Brazil Slavery and History of Contemporary Brazil, as teacher - researcher at the Centre for Studies in Education, Work and Culture (ETC) of the Federal University of São Francisco Valley - UNIVASF (particularly in organizing and conducting the Month of Consciences Black in UNIVASF) and the free interpretation - with all the scope of these works, and risk my limits - a number of authors and authors, especially Kabengele Munanga (2009), Petronius Domingues (2007, 2006), Abdias Nascimento (2006), Alberto Costa e Silva (2008, 2006), Luiz Felipe de Alencastro (2000) Sidney Chalhoub (1990), Lilia Schwarcz (1996, 1993), Marina de Mello e Souza (2007), João José Reis (2003) and Marcelo Paixão (2006).

Keywords: Africa. History of Brazil . Slavery .

INTRODUÇÃO

Próximos a completar duzentos anos de Estado brasileiro independente, e após mais de 125 anos desde a Abolição da escravidão e a Proclamação da República, é oportuno fazer um balanço sobre os negros no país?

É geralmente dito e repetido que o Brasil possui a maior população de descendentes de africanos fora da África. Mas quanto os próprios brasileiros e afrobrasileiros conhecem, seja a

história da África, seja a história do Brasil africano?

Com seus mais de um bilhão de habitantes e mais de trinta milhões de quilômetros quadrados, seguimos bastante ignorantes sobre o sentido político, cultural, econômico e social desse legado africano.

Desde 2000, tem-se verificado um crescimento do continente africano com o restante do mundo da ordem de mais de 200%. A África tem verificado tanto uma expansão de eleições regulares e crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano, como vem atraindo investidores estrangeiros, principalmente chineses. Quanto a estes fatores se juntam a expansão da população urbana e a diminuição dos conflitos no continente se tem como tradução recente a reunião de seis das dez economias do mundo que mais cresceram entre 2001 e 2010. Rico em recursos naturais e minérios, as demandas para superação do déficit de infraestrutura e a expansão do mercado consumidor são ingredientes para uma analogia entre o que seriam os atuais “leões africanos” e os “tigres asiáticos” dos anos 1990 (“Africamania? Região mais pobre do mundo é xodó de investidores”, 11/06/2013).

Por outro lado, no que tange à história, a máxima de Hegel de que ao sul do Saara não haveria história tem cada vez mais perdido crédito no Brasil para um conhecimento mais amplo sobre o passado, em especial antes da colonização europeia.

A lei nº 10.639/2003 colocou uma salutar obrigatoriedade nos níveis fundamental e médio: o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira como integrantes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira. Seja na medida em que, contemporaneamente a população negra constitui o maior contingente da população brasileira, ultrapassando mais de 50%; seja na medida em que, até o fim do tráfico atlântico, sobreviveram à travessia oceânica 4.800.000 africanos, até 1850 (ante 600 mil portugueses no mesmo período), ou seja, as pedras fundamentais da sociedade brasileira são altamente tributárias desta presença; seja na medida em que a África há muito é reconhecida como berço da humanidade (noutros termos, os primeiros ancestrais das mulheres e homens modernos surgiram naquele continente). Logo, é de interesse especial para os brasileiros, mas também para todos os povos o conhecimento da longevidade e diversidade de sua história social e política. Enfim, a sua história e de seus descendentes na diáspora.

Antes e simultaneamente ao desenrolar da história antiga e medieval europeia, ocorreu a formação de reinos, Estados e impérios em todas as suas regiões. A África é um continente com muita história, com reinos surgidos há milhares de anos: Kush no Vale do Alto Nilo, a Civilização Axumita nas proximidades da Etiópia (outro reino milenar, desde o século I até hoje), para não falar das dinastias faraônicas negras, no Egito antigo.

Também é possível apreender a efervescência de uma África medieval, com constituição de

impérios, reinos e chefias, destacando-se os Impérios de Gana, Mali, Songai e Kanem-Bornu, as Cidades-Estado da civilização iorubana e o reino do Congo. Após as navegações europeias a movimentação política prosseguiu intensa com a constituição dos reinos de Abomé e Achanti, por exemplo. Avançando continente adentro, no sentido sul e no sentido do Oceano Pacífico, é preciso registrar, pelo menos, o Estado Zulu e o Império de Monomotapa.

HISTÓRIA DO BRASIL ESCRAVISTA E HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Um dos aspectos mais desconhecidos diz respeito à evolução de técnicas e tecnologias. Num contexto de predomínio de solos com escassez de nutrientes e irregularidade das chuvas, o emprego de irrigação, rotação de plantios, adubagem com esterco animal e restos de cozinha, uso de plataformas nas montanhas para impedir erosão e misturas de plantas numa mesma gleba integravam o acervo de conhecimentos, de modo que com argúcia Alberto da Costa e Silva anota que os europeus nos primeiros contatos se sentiam superiores pela fé, não pela técnica. O ferro africano era revendido no Oceano Índico por apresentar desempenho comparável ou superior ao europeu, integrando um rol de produtos comercializados entre a África Oriental e a Ásia, chegando até a China.

Entrementes, uma guinada historiográfica nas últimas duas décadas ainda não chegou adequadamente aos bancos escolares. A formação extra-territorial (ou nos permitam cunhar o termo extra-americana) do Brasil. Estudiosos como Luiz Felipe de Alencastro tem nos alertado para a cilada de “transpor para o passado as fronteiras atuais do território brasileiro” (ALENCASTRO, 2002, p. 252). A história da organização do trabalho no Brasil entre 1550 e 1850 tem posto a região do Congo e Angola como a principal região de extração de trabalhadores forçados, na ordem de três quartos dos escravizados. Assim, no lugar de “externa”, Angola constitui para Alencastro o centro do “Arquipélago de Capricórnio”.

A formação do Brasil, ocorrendo a partir da destruição de Angola prosseguiu na instalação do país independente que se constituiu enquanto Estado negreiro que herdou toda a rede de tráfico das potências europeias na primeira metade do século XIX. Da unidade entre capitanias à unidade entre províncias, a dependência comum na organização do trabalho foi fator decisivo na constituição do Estado nacional, consolidando-se ao longo do tempo uma zona de produção e acumulação escravista, na América, e uma zona de reprodução de escravos onde se sobressaem as regiões de Angola e da Costa da Mina.

Depois dos horrores dos navios negreiros, e após negociados em terras brasileiras, os

africanos e concomitantemente seus descendentes eram levados tanto para plantações, casas-grandes, minas, quanto trabalharam em serviços como carregadores, vendedores ambulantes, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, barbeiros, etc.

As religiões africanas no Brasil escravista eram fundamentais na vida dos africanos e seus descendentes, quer por ser um espaço de (re)construção de laços comunitários, de solidariedade e identidade, como constituíam um corpo de práticas e representações de contato com entidades ancestrais e sobrenaturais, deuses e forças da natureza. É preciso ter em conta que ainda que nas religiões tradicionais africanas se possa vislumbrar a centralidade dos ancestrais e espíritos da natureza e que, assim, um generalizado culto e reverência aos mortos, bem como rituais de transe, os orixás não se constituem nos “deuses dos africanos” ou seja a “religião africana”. Os orixás eram inicialmente venerados na África somente pelos iorubás ou nagôs, no sudoeste da Nigéria e no sudeste da atual República do Benin. Segundo Alberto da Costa e Silva foi “a partir sobretudo do Brasil e de Cuba, que ela se tornou uma religião universal, com deuses que não pertencem exclusivamente a um povo, mas a toda a humanidade” (COSTA e SILVA, 2008, p. 63). A perseguição pelas autoridades a tais polos de organização autônoma atravessaram tanto o período colonial quanto imperial.

Paralelamente ao desenvolvimento do sistema escravista se constituíram as resistências escravas. O caso mais conhecido é o do Quilombo de Palmares, iniciado em princípios do século XVII e após décadas de expedições destruído em 1694. Mas existiram quilombos ao longo de praticamente toda a América portuguesa ou no Império escravista. Contudo, a resistência à escravidão era constituída por um amplo leque de modalidades passando desde a fuga individual ou coletiva e as rebeliões até a sabotagem na produção. A imposição pelos escravos, ainda que em condição de desvantagem, de algumas condições de vida e trabalho menos mortificantes ou a fuga temporária também integraram o repertório da resistência no escravismo.

Com a pressão interna das rebeliões internas, como a revolta dos Malês, e a pressão externa da Inglaterra, o tráfico atlântico de escravos efetivamente chega ao fim em 1850. Após a cessão deste tráfico, foi incrementada por seu turno a negociação e venda de escravos, principalmente nascidos no Brasil, entre as províncias e entre as classes, com crescente concentração em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em sua escalada e domínio da produção cafeeira. No fim do século XIX, a par desta concentração de mão de obra escrava, formou-se também uma geração de quilombos nas proximidades das cidades, com apoio de abolicionistas. A intensificação das fugas coletivas se aproximava do descontrole da situação, não só pelos fazendeiros ou pelo Estado, mas até por segmentos do movimento abolicionista. A assinatura da Lei Áurea em 13 de maio, portanto, foi resultado de um complexo feixe de fatores. Mas se não houve indenização para os senhores,

como seus representantes no Parlamento e na imprensa exigiam, tampouco foi proporcionado à população que ora se libertava, ou à geração de libertos que lhe antecederam, quaisquer tipos de recursos ou possibilidades de inserção na sociedade brasileira de que dispuseram os imigrantes, principalmente os europeus, para começar uma nova vida.

A República dos Estados Unidos do Brasil, proclamada no ano seguinte ao fim da escravidão legal, nasceu sob o signo do poder escravocrata, na medida em que o núcleo que derrubou a Monarquia foi composto pelas províncias que mais concentravam escravos e subitamente viram estes “capitais” serem perdidos, ou seja, São Paulo e Minas Gerais. O setor mais avançado em termos de inserção no mercado internacional e enquanto complexo produtivo se expandiu ao longo do século XIX com mão de obra escrava e minou o regime monárquico principalmente ao retirar-lhe apoio.

O que era questão fundamental para as classes dominantes e seus intelectuais na segunda metade do século XIX foi “universalizada”, já que ninguém mais poderia ser escravizado no país: como fazer trabalhar quem não era mais escravo? Como organizar e controlar o trabalho livre?

Esta questão antecede maio de 1888. Em 1872, segundo Censo feito na época, de cada quatro negros, três já eram livres ou libertos. Obviamente que o quarto de escravizados correspondendo a aproximadamente 700 mil pessoas é um contingente imenso.

Todavia, desfazendo uma imagem ainda muito forte no senso comum, incluindo o senso comum acadêmico, é preciso ter em vista que os negros não se tornaram livres em sua maioria a partir de 13 de maio de 1888. Esta anotação se faz necessária porque um dos argumentos mais recorrentes para explicar as desigualdades entre brancos e negros no Brasil hoje, é atribuída à maneira como foi feita a Abolição. Mas a falta de mecanismos de integração, ou o desenvolvimento de mecanismos de exclusão, se a/o leitor/a preferir, antecede e prossegue ao longo da história republicana.

Um dos principais empenhos do novo bloco no poder que se estruturou ao longo da Primeira República foi extirpar no novo regime quaisquer lembranças ou heranças africanas. Contudo, como fazê-lo no país que mais recebeu africanos traficados em toda a América, aliás, quase metade deles? Um dos recursos utilizados pelas oligarquias foram as doutrinas deterministas que desde a década de 1870 tinham papel crucial na institucionalização do ensino superior e das ciências no Brasil. Nas faculdades de direito e medicina, cursos de engenharia, museus e institutos históricos, as diversas doutrinas científicas, passando do positivismo ao evolucionismo, bem como pelo darwinismo, foram reapropriadas no sentido de respaldar diversas medidas adotadas pelos governos republicanos no sentido da higienização, urbanização e imigração envolveram o contexto de “branqueamento da raça”.

O racismo científico, então hegemônico, partia de um conjunto de pressupostos, tal como de que a raça constitui um fenômeno ontológico, ou seja, essencial. A ideia de indivíduo ou livre arbítrio individual era posta em xeque na medida em que aquele não seria mais do que o produto do seu grupo racial. Também tinha como premissa ser possível a partir de atributos externos aos indivíduos, determinar os atributos internos ou, noutros termos, concluir sobre aptidões morais, intelectuais e físicas a partir de características exteriores como a cor da pele, o tipo de cabelo, o tamanho do cérebro, etc. Tais premissas punham na agenda das oligarquias uma política social de controle das populações estimulando certas uniões e impedir outras, propiciando a expansão de determinados tipos indivíduos e isolando ou mesmo impedindo a reprodução de outros.

Se um lado da moeda republicana apontava a igualdade de todos os homens perante a lei, o outro lado que transformava diferenças em desigualdades implicava na negação da igualdade, e a naturalização da diferença, por meio dos diversos determinismos, em naturalização da desigualdade. As políticas e discursos produzidos e reproduzidos pelas oligarquias no sentido de introduzir o país no conjunto das nações civilizadas estavam, todavia, diante de um país majoritariamente negro e mestiço. Na imprensa, no teatro, na literatura, no discurso jurídico e policial, o negro era representado como malandro e não raro vagabundo. Não exclusivamente, mas principalmente. Imigrantes europeus também eram alvo de representações negativas, mas a estes foram reservadas todas as atividades importantes do mercado de trabalho assalariado em formação. A presença negra na escola, na oficina e na fábrica, em seus antigos bairros e ruas foi cada vez mais interdita. Ainda assim, nas primeiras décadas da República, foi se formando uma primeira geração de movimentos negros.

A expressão “movimento negro” costuma ser utilizada para se referir às organizações nascidas a partir do final das décadas de 1960 e 1970 e que, explicitamente, assumiram esta denominação. Porém, vem se ampliando as análises em Ciências Sociais, História e outros campos acadêmicos e militantes com interesse no conjunto de entidades e associações privadas integradas por afrodescendentes e empenhadas na luta pela plenitude de seus direitos civis, políticos e econômicos.

A mobilização dos negros na Primeira República se verificou tanto na vertente da imprensa negra (com destaque para – *A Pátria, Órgão dos Homens de Cor* de 1899; *O Combate* de 1912; *O Menelick* de 1915; *O Getulino* de 1923; *O Clarim da Alvorada* de 1924), quanto na criação de associações baseadas em trabalhadores especializados como ferroviários, portuários, estivadores, ensacadores. Igualmente importantes foram associações femininas como a *Sociedade de Socorros Mútuos Princesas do Sul* (de Pelotas, 1908) e a *Sociedade Brinco das Princesas* (de 1925, em São Paulo).

Com atuação de caráter cultural, recreativo e/ou assistencialista no que tange às associações, a “imprensa negra” enfocava a denúncia da segregação racial vivida cotidianamente pela população negra, seja quanto trabalhadora, no acesso aos postos de trabalho, quanto consumidora e cidadã, com o veto na prática de ingresso a determinados espaços públicos como praças, ruas e escolas, até a serviços privados como restaurantes, barbearias, hotéis, clubes, cinemas, teatros, etc.

Do final da década de 1920 para a década de 1930, começam a se colocar uma mobilização negra com caráter explicitamente claramente político, com um viés ideológico mais definido, ainda que mantendo as ações de denúncia de segregação ou atividades assistencialistas. A Frente Negra Brasileira (FNB) foi criada em 1931, em São Paulo, com uma pauta política explícita, com ramificações nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais.

Conquanto buscasse proporcionar a seus filiados time de futebol, escola, teatro, departamento jurídico, serviços de saúde, cursos de artes e ofícios, bem como manter um periódico – A Voz da Raça – revelando uma continuidade com a geração anterior, a FNB transformou-se em partido político em 1936. Ainda que no interior de reivindicações em prol da “população de cor” apresentasse diretrizes ultranacionalistas e autoritárias, representou um desafiador esforço de ação política institucionalizada, abortada, contudo, com a instauração da ditadura do Estado Novo em 1937. Um balanço sobre a FNB, ainda que sumário, tem que considerar que seu surgimento decorreu quer do acúmulo das experiências associativas nas décadas anteriores, quer ao fato de que as organizações políticas, tanto de base popular e operária quanto os partidos das elites não incluíam ou sequer concebiam em seus programas qualquer bandeira em prol da luta dos “homens de cor”.

Com o fim da ditadura do Estado Novo, as mobilizações negras são retomadas, com destaque para o Teatro Experimental do Negro (TEN, 1944-1968). A proposta original deste grupo foi a de formar um grupo teatral com elenco constituído apenas por atores negros revelar todo o seu potencial artístico e para que, afinal, pudessem encenar peças em quaisquer tipo de papel. O fato em si de um elenco negro, e da construção de uma linguagem teatral alternativa à supremacia branca nos palcos não se fez sem resistência de setores da opinião pública, que viam sua atuação como “preconceito de pretos” ou “racismo às avessas”.

A proposta original do TEN foi ao longo do tempo ampliada das atividades teatrais para culturais, e destas para as políticas e sociais. Em 1948, começou a publicação do jornal Quilombo, difusor de suas atividades e de seu programa, colocando pautas que o olhar contemporâneo teria como de existência apenas recente, como políticas em benefício da população negra na área de educação que hoje poderiam ser chamadas de “ações afirmativas”. O eixo do programa era o papel que o Estado brasileiro deveria atingir na promoção da igualdade racial, compensando a histórica

exclusão educacional. Também reivindicava a criação de leis que tornassem o racismo crime. A ação do TEN extrapolou os cursos e ativismo jornalístico para incluir a organização de eventos a “Conferência Nacional do Negro” (1949), o “Primeiro Congresso do Negro Brasileiro” (1950) e a “Semana do Negro” (1955), por exemplo. A década de 1950, aliás, foi a fase mais importante do grupo, quando conseguiu instalar uma sede própria, fundou o Museu do Negro, encenou espetáculos em teatros de renome e promoveu concursos de beleza. Entre percalços, como o racha que deu origem ao Teatro Folclórico Brasileiro, também foi criado um departamento de estudo e pesquisa, o Instituto Nacional do Negro, sob coordenação do sociólogo Guerreiro Ramos.

Até o fechamento do TEN, no contexto da Ditadura Militar, esta entidade representou um investimento ético-político por meio de uma estética centrada na vida do negro brasileiro”, em conexão aos movimentos negros internacionais da diáspora e do continente africano, bem como – por último, mas não menos importante, confrontou as abordagens folcloristas e alternativamente propugnou pelo protagonismo dos próprios negros enquanto sujeitos dos estudos sobre suas realidades e necessidades, retirando-o da usual posição de objetos dos estudos intelectuais para a ocupação de um vida intelectual autônoma. Em qualquer chave, a promoção de um orgulho especificamente negro se chocou com a ordem vigente.

Expressão de uma frente mais ampla de entidades, a mobilização racial foi desmantelada com o golpe militar-empresarial de 1964. A discussão pública sobre o racismo foi virtual e praticamente proibida até o ascenso dos movimentos sociais na árdua luta pela redemocratização ao final da década de 1970. Estudantes, artistas e intelectuais negros evidentemente se mantiveram ativos, mas em caráter semiclandestino.

A retomada da década de 1970 que culmina na formação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, baseou-se tanto nesta persistência semiclandestina, quanto nas lutas pelo fim da ditadura, quanto, em especial, no contexto internacional de descolonização da África (notadamente as colônias portuguesas). O contexto internacional ainda era composto pela maior difusão das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos. O legado de Marthin Luther King Jr. e de Malcom X era também acompanhado pela ação dos Panteras Negras. Por fim, e para além do Movimento Negro Unificado ou da luta pelos direitos civis nos EUA, a emergência mundial da figura do cantor jamaicano Bob Marley impactou de forma positiva a recomposição de um ideário de justiça e direito à diferença na igualdade, ao lado da solidariedade da luta da população negra na África do Sul contra o regime do *apartheid*.

Ainda que na concepção dos integrantes fundadores do MNU, a derrota do racismo tivesse como condição a derrubada do capitalismo, ainda que seu embrião fossem lideranças negras ligadas à Convergência Socialista, organização marxista e trotskista, tratava-se de movimento *Negro*. E

ainda que houvesse a diretriz de combinar a luta dos negros à luta de todos os oprimidos da sociedade (notadamente a classe operária), Negro foi um termo reivindicado com orgulho, num sentido positivo. Em suma, a defesa da valorização de símbolos como o Quilombo de Palmares e Zumbi, por meio do 20 de Novembro (em detrimento do 13 de Maio), a emergência da poesia e da literatura negra, a reavaliação do papel do negro na história do Brasil, questionando a figura do escravo-coisa, a revisão dos estereótipos nos livros didáticos, a produção de estudos e inclusão do ensino de história da África, a explícita assunção e valorização das religiões de matriz africana, e a denúncia do caráter desmobilizador da ideologia da mestiçagem, bem como do mito da democracia racial, puseram na ordem do dia uma “africanização” deliberada da consciência negra.

Destarte, a demarcação do dia 20 de Novembro como Dia da Consciência Negra, a instituição do Estatuto da Igualdade Racial (2010) a implantação da reserva de cotas sócio-raciais para Ingresso nas Universidades Federais em 2012 (antecedida pela sua adoção em dezenas de universidades), entre outras conquistas, é tributária de um longo acúmulo desde o século XIX, mas que tem na década de 1970 uma clivagem estratégica quanto ao lugar da África e da negritude entre os afro-brasileiros. Não obstante tais conquistas, o racismo no Brasil tem se expressado de maneira cada vez mais perceptível.

De acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em 2001, 64% da população negra do Brasil estava na classe baixa e 31% da população negra estava na classe média. Dez anos depois, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, os negros passaram a responder por 51% da classe média do País (tomando-se como referência a renda *per capita* entre R\$ 291,00 e R\$ 1019,00. Apesar desta mudança no perfil da classe média brasileira, com o incremento da parcela de negros, as disparidades entre negros e brancos continuam brutais.

Conforme o Censo do IBGE de 2010, os rendimentos médios mensais dos brancos e amarelos eram quase o dobro dos pretos, pardos ou indígenas. É a capital onde se verifica a maior desigualdade de renda entre pretos e brancos, com brancos ganhando 3,2 vezes mais do que pretos, é Salvador.

A própria produção destes dados e análises, ainda que seu conteúdo seja extremamente preocupante, se constitui em uma vitória dos movimentos sociais negros. Conquanto compreendamos o racismo institucional como a falha coletiva de uma organização pública ou privada em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica, um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades raciais no Brasil concerne à lacuna sistêmica sobre informações e estatísticas com recorte racial no país. Ainda hoje, em tanto no setor público quanto privado, o quesito raça/cor não é universalmente levantado,

havendo resistências quanto à sua aplicação.

Como formular políticas públicas para um segmento da população sem informações e indicadores que as orientem? No decorrer da história da República, o Estado brasileiro, em seus diversos níveis e esferas, interdito e inviabilizou a produção de indicadores das desigualdades raciais que permitissem deslegitimar a negligência do poder público e do setor privado diante dessa população. A consolidação e ampliação de pesquisas iniciadas nas décadas de 1980 e 1990 tem indicado gravíssimas desigualdades entre negros e brancos nos mais diversos campos sociais: violência contra as mulheres e a população jovem; educação; rendimentos, participação e ocupação no mercado de trabalho; saúde (acesso aos serviços do SUS, direitos sexuais e reprodutivos, doenças prevalentes na população negra, mortalidade), acesso à habitação e a bens duráveis; representação na mídia e na política, entre outros.

Voltando ao primeiro tópico da lista acima, o “Mapa da Violência no Brasil” em 2015 indica que a população negra brasileira continua como a mais vulnerável à violência no Brasil: enquanto as taxas de homicídio da população branca seguem em tendência de queda, as taxas de mortalidade entre os negros estão em crescimento. Entre os jovens, apesar de as taxas de homicídio de jovens brancos de 16 e 17 anos tenham caído 16,7% de 2003 a 2013, entre os jovens negros de mesma idade ela cresceu 32,7%. Conquanto 93% dos jovens assassinados nesse período foram homens, há na população negra um buraco demográfico ante o que vários movimentos e entidades tem denominado como “genocídio da juventude negra” como a campanha “Reaja ou será morta, reaja ou será morto”, o Movimento Negro Unificado, Levante Popular da Juventude, a Marcha das Mulheres Negras, a Marcha Mundial das Mulheres, a campanha “Contra o genocídio da juventude negra”, a UNEGRO, a Anistia Internacional, o portal Geledés, bem como entidades sindicais e o movimento estudantil, com destaque para os Coletivos e Núcleos de Estudantes Negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permanecer vivos e viver, além de sobreviver, tem sido o desafio da atual geração de movimentos negros na República brasileira. A ação do aparato policial, judicial e carcerário diz muito mais respeito ao seu caráter repressivo e de controle social do que à proteção ou garantia de direitos, independentemente do perfil demográfico de onde se localizem, expressando um viés racial bastante desfavorável para a população negra. Isto para não mencionar a ação dos grupos de extermínio, milícias e esquadrões da morte.

Portanto, a despeito da mobilidade social, para cima, de parte significativa da população

negra na última década, a seletividade do sistema de justiça criminal, das forças policiais e do sistema prisional tem ensejado a formulação de conceitos no interior dos movimentos sociais negros contemporâneos como “necropolítica” e “Estado de direito de exceção”, dadas as execuções sumárias e extrajudiciais, índices de homicídios que rivalizam ou mesmo ultrapassam guerras, as péssimas instalações dos presídios, cadeias e delegacias e a resistência dos veículos de mídia e da indústria cultural em promover de fato um repertório calcado na diversidade multirracial do país.

É preciso concluir verificando que dentro das universidades, como fora delas (e às vezes graças ao questionamento desta àquela), o empenho na produção de uma historiografia e de uma epistemologia crítica e descolonizadora, na compreensão autônoma da presença africana no Brasil e nas Américas, tomando a experiência da diáspora negra como ponto de referência para uma compreensão do modo como as relações sociais se estruturam na composição da sociedade brasileira, põem em evidência que a batalha em torno da reserva de vagas se constitui em parte de um todo bastante maior, o de uma utopia antirracista e protagonismo negro em um presente distópico, para além das conjunturas políticas.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. "Introdução: Zadig e a história" em *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DOMINGUES, Petrônio. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. *Tempo*. Niterói, v.12, n. 23, pp. 100-122, 2007.
- DOMINGUES, Petrônio. “Os descendentes de africanos vão à luta em Terra Brasilis. Frente Negra brasileira (1931-1937) e Teatro Experimental do Negro” (1944-1968)”. *Projeto História*, São Paulo, n.33, pp. 131-158, dez. 2006.
- MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil africano: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo, Global Editora, 2009.
- NASCIMENTO, Abdias, SEMOG, Ele. *Abdias Nascimento: o Griot e as Muralhas*. Pallas, Rio de Janeiro, 2006.
- PAIXÃO, Marcelo. *Manifesto anti-racista: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil*. Rio de Janeiro: DP & A; LPP/UERJ, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro” em SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Alberto da Costa e. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

“Africamania? Região mais pobre do mundo é xodó de investidores”, BBC BRASIL. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/06/africamania-regiao-mais-pobre-do-mundo-e-xodo-de-investidores.html>. Acesso em 11/06/2013, 23h00.